

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INTERFACE ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA<sup>1</sup>**

**Amanda Kelly Gouveia Romualdo**

Graduanda em Pedagogia e Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- PIBID

Universidade Regional do Cariri- URCA

[amandagouveiak@gmail.com](mailto:amandagouveiak@gmail.com)

**Alurinda Leydy Alves Bezerra**

Graduanda em Pedagogia

Universidade Regional do Cariri- URCA

[alurindaleydi@hotmail.com](mailto:alurindaleydi@hotmail.com)

**Juliana Gouveia Carlos**

Professora Especialista

Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN

[julianaibc@hotmail.com](mailto:julianaibc@hotmail.com)

### **Resumo**

O presente artigo pretende fazer uma discussão a partir da contextualização de estudos realizados na disciplina de Fundamentos Histórico-Culturais da Educação Especial no V Semestre ofertada pelo curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri- URCA. Para tanto pretendemos fazer uma análise das práticas educativas e da formação do educador, refletindo sobre a lei e prática da Educação Especial dentro das escolas. Com isso objetiva-se compreender como se dar as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial no Brasil dentro das escolas e averiguar se as instituições de ensino regulares estão aptas a receberem os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), e como vem sendo subsidiado essa educação ao longo do tempo. Tendo como fundamentação teórica alguns autores como: Pacheco (2007), Santos (2013) ,que colaboraram na construção do trabalho trazendo algumas análises que contribuíram para o desenvolvimento do tema.

**Palavras-chave:** Educação. Formação de professores. Inclusão.

### **INTRODUÇÃO**

Quando se refere à educação inclusiva, logo se remete a Declaração de Salamanca em 1994. Na qual declara que toda criança tem direito a educação e que é dever da escola se preparar e

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é resultado dos estudos realizados na disciplina de Fundamentos Histórico-Culturais da Educação Especial do V semestre, ofertada pelo curso de Pedagogia. Pela Universidade Regional do Cariri- URCA.

fornecer programas educativos para receber e atender estas crianças (SANTOS et al apud UNESCO, 1994). No entanto, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial no Brasil na resolução nº 2/2001, coloca para os sistemas de ensino o desafio de se organizar para incluir os alunos e atender suas Necessidades Educacionais Especiais- NEE (SANTOS et al apud BRASIL 2001). Ao mesmo tempo em que essa lei entra em vigor, surge uma indagação pertinente: a escola de ensino regular está apta para receber os alunos com Necessidades Educacionais Especiais? Com isso outras hipóteses vão surgindo como no que diz respeito à infraestrutura da escola, e a formação de professores.

Segundo MONTAAN (2003), uma das maiores defensoras da educação inclusiva do Brasil, Inclusão é a compreensão e o reconhecimento do outro, é conviver com pessoas diferentes. Dentro desse sentido, a inclusão acolhe todas as pessoas, sejam elas com deficiência física, mental, grupos minoritários que sejam discriminados por ser o que são e por consequência acabam sendo excluídos.

Para tanto essa pesquisa pretende fazer uma análise a respeito das práticas educacionais e a formação dos professores que trabalham com a educação especial, a partir de estudos realizados durante a disciplina Fundamentos Histórico-Culturais da Educação Especial. Objetivando compreender como se dar as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial no Brasil dentro das escolas e averiguar se as instituições de ensino regulares estão aptas a receberem os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), e como vem sendo subsidiado essa educação ao longo do tempo.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

Inclusão na escola de ensino regular não é só colocar o aluno na escola sem dar-lhe condições de assistência educacional e de permanência. É necessário que a escola ofereça uma qualidade de ensino que possa desenvolver as potencialidades das crianças, que são: cognitivas, motoras e a interação social.

Para argumentar:

Os currículos de escolas inclusivas são caracterizados por sua habilidade de incorporar conteúdos que promovem o desenvolvimento de habilidades sociais, além do conteúdo acadêmico. Parece que a dinâmica de uma escola inclusiva requer a constante promoção dessas habilidades. (PACHECO, et al 2007, p. 37)

Com a nova legislação, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiências nº 13.146/2015, garante condições de acesso à educação, saúde, tecnologia, bem como estabelece

punições para atitudes discriminatórias contra essa parcela da população. Mas bem antes da promulgação dessa lei, escolas de ensino regular tanto pública quanto privada, já recebiam alguns alunos com deficiência, da mesma maneira, algumas escolas também os recusavam, seja por falta de vaga, por não quererem os alunos por simplesmente não estarem preparadas. Aquelas escolas que puseram esses alunos em sala de aula será que realmente conseguiram a efetivação da inclusão?

Dentro das escolas é comum a colaboração de auxiliares às crianças com NEE. As auxiliares garantem a acessibilidade dessas crianças às bibliotecas, banheiros, ao pátio na hora do recreio e a outros lugares, além de estarem presentes em sala de aula dando apoio aos mesmos, segundo a Lei nº 13.146/2015 da Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 3º inciso XIII, afirma que o profissional responsável pelo apoio escolar exerce a função de alimentar, higienizar e locomover estudantes com deficiência, atuando em todas as atividades escolares que forem necessárias, em qualquer nível de ensino, tanto nas instituições escolares públicas como nas privadas, não sendo sua função exercer o papel identificado com profissões legalmente estabelecidas. (BRASIL, 2015)

O trabalho das auxiliares, na maioria das vezes, é de substituição do professor. As crianças com NEE ficam sob responsabilidade das mesmas, onde o trabalho desenvolvido, é desconexo com o que a professora/professor passa aos demais.

Muitas instituições escolares têm o planejamento de currículo individual para cada aluno com Necessidades Educacionais Especiais. O currículo individual é um planejamento feito para cada criança com NEE, contendo o que elas devem estudar e como estudar. Com isso, são levantadas algumas críticas, pois essa maneira de currículo se restringe somente à relação professor/aluno, quando o que mais deveria interessar a essas escolas, além da relação professor/aluno, é a interação social dos mesmos. É preciso fugir da ideia de currículo individual, que para muitos não contribui para o processo inclusivo. Para o atendimento das diferentes necessidades, as atividades e o currículo escolar devem ser direcionados aos alunos como um todo, havendo metodologia que abranja a todos, já que o currículo individual não garante um nível alto de participação da sala de aula no geral, PACHECO et al (2007), afirma que:

Quanto a planos individuais, é necessário distinguir a redação desses de sua implementação. Ao colocar a teoria em prática, o que as escolas inclusivas parecem questionar é a atenção individual dada ao aluno afastado do resto da turma, e não a criação de um plano individual por si só. Os professores precisam ter cuidado para que planos individuais ou pessoas não se tornem instrumentos de segregação. ( p.38)

## **DISCUSSÃO**

Para PACHECO et al (2007), umas das maiores preocupações de pais e professores é com a interação social de suas crianças, dentro disso, ao mesmo tempo em que os auxiliares podem ajudar nessa interação eles também pode atrapalhar, a partir do momento que a relação se limita ao auxiliar e a criança. A escola é o ambiente de socialização de todas as crianças, tanto as ditas típicas como as com NEE. Dessa forma, para que a efetiva inclusão nessas escolas aconteça, faz-se necessário a adaptação escolar e a formação de professores.

Para os professores é muito difícil incluir as crianças com necessidades especiais tanto por insegurança como também por não saberem como inclui-los ou por não terem uma devida formação para tal trabalho. Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, afirma (MONTAAN, et al 2003 p. 14). As universidades ou os cursos de formação de professores em geral, tem a função de fazer com que seus formandos saiam com conhecimentos que possam estimular novas atitudes, principalmente no que diz respeito à diversidade, já que para FITZGIBBON (apud MAZZOTA 1993), em quatro anos de formação, o professor não está preparado totalmente para trabalhar na prática inclusiva, somente nesse tempo de formação o mesmo sai capacitado para as funções básicas do ensino.

O campo da diversidade é de grande importância no processo ensino/aprendizagem, possibilitando ao professor construir estratégias de ensino, não só pra as crianças com Necessidades Educacionais Especiais, mas com todas as crianças, fazendo com que haja uma interação entre todos evitando segregação. A sala de aula é um ambiente de vivência do professor, a partir dela, o mesmo, pode apresentar um exercício reflexivo perante sua prática. O professor pode fazer de seu trabalho em sala, um instrumento de transformação com base numa postura crítica reflexiva.

Para tornar-se inclusivo dentro da escola ou na sala, o professor deve abrir mão dos seus preconceitos, fugir da ideia que por o aluno ter Necessidades Educacionais Especiais ele nunca aprenderá, pois essa aprendizagem acontecerá em um ritmo mais lento e dentro de suas limitações. Diante disso, cabe ao professor ter o máximo de paciência possível. Faz-se necessário um diálogo entre professores, alunos, gestores e pais. Um método bem comum é uma roda de conversa, todos juntos mostrando as suas limitações, mas que acima de tudo, é importante que todos saibam que essas limitações não podem privá-los de terem conhecimentos sistematizados como os demais, como aponta PACHECO et al (2007). O preconceito não está apenas nos professores, alguns pais podem chegar a acreditar que as crianças com NEE possam atrapalhar o rendimento de seus filhos ditos como típicos afirma MONTAAN (2003), como consequência disso, as crianças podem achar

que o colega com esse tipo de necessidade traga problemas para eles, podendo usá-los para ser motivo de chacota ou até mesmo de violência física, dentro ou fora da escola, fazendo com que se expanda o preconceito.

Desta forma, cabe salientar a metodologia utilizada pela Escola da Ponte, já que traz um exemplo da concretização da inclusão, na qual os professores junto aos pais criaram uma metodologia para melhorar a interação social de suas crianças, visto que essa é uma das maiores preocupações. Essa metodologia concerne em uma atividade de grupo heterogêneo que dure no máximo 15 (quinze) dias. Cada grupo, na maioria das vezes possui uma criança, podendo conter mais, com NEE. É dito ao grupo das limitações das crianças e que elas estão por responsabilidade das mesmas, PACHECO et al (2007). Isso quer dizer que os alunos regulares terão de ter mais paciência com os colegas com Necessidades Educacionais Especiais e passar aquilo que eles sabem para os outros. Os professores da Ponte dizem que esse método é crucial na interação dos mesmos e que nunca houve conflito.

A mistura de trabalho em pares, estudo individual e aprendizagem cooperativa são vistas como mais desejável para os alunos. A última abordagem mencionada é vista como extremamente eficiente para contribuir com cenários inclusivos. (PACHECO et al 2007, p.45)

Para Pacheco et al (2007) O professor deve promover a autonomia de seus alunos, tanto na tomada de decisões dentro da escola como na sociedade em geral, a elaboração de atividades e reuniões informais, geralmente, presididas pelos alunos é de grande importância para evitar a passividade e falta de iniciativa dos alunos para com a interação social. Nestas reuniões os alunos podem falar como foi seu dia, suas experiências, mas para isso o professor deve elaborar atividades que possam contribuir para esse avanço das crianças.

A colaboração dos alunos é decisiva na inclusão, portanto, encorajar as crianças a manterem um vínculo informal tanto dentro quanto fora da escola traz uma evolução significativa na interação social destas, mas para isso o professor deve ter habilidades que lhes possibilitem desenvolver essa atividade. Cabe ressaltar, que a maioria dos professores recém-formados chegam à escola sem conhecimentos práticos de como atuar em sala de aula, OLIVEIRA et al (2012). A universidade proporciona um conhecimento mais teórico a esses formandos, mas é preciso que o professor busque sua atualização, seja por meios de cursos de pós-graduação ou leituras. O mais importante na prática do professor é sua reflexão, é por ela que o mesmo pode avaliar seu trabalho, o que errou e o que aceitou, do mesmo modo afirma Pacheco et al (2007) que a reflexão pode se tornar um

instrumento de sociabilização crucial para a interação dos alunos se a mesma estiver voltada para esse tema.

## CONCLUSÃO

A inclusão teve um avanço significativo no decorrer dos anos, mas não podemos esquecer que ela ainda tem um longo caminho pela frente, uma vez que instituições educacionais devem oferecer a esses estudantes um local onde eles possam trabalhar a sua singularidade, com uma estrutura adequada a suas necessidades, com profissionais capacitados para trabalhar com eles o processo de ensino/aprendizagem e sempre ensinando para toda a turma o conceito de inclusão. Quando as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial no Brasil assegura a introdução dessas pessoas nas escolas, não é apenas coloca-las em sala de aula, mas garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

Com isso, o papel do professor dentro da sala de aula é de fundamental importância, uma vez que o mesmo é mediador das relações estabelecidas em sala, para tanto, cabe salientar que é de grande relevância que o professor esteja sempre buscando conhecimento, se especializando sobre o assunto como palestras, oficinas, programas de capacitação e outros meios, buscando aperfeiçoar o ensino que oferta dentro de sala.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, 6 de Julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 22 de Ago. 2016

MANTOAN, Maria Tereza Egler; **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Elizangela de Souza et al. **Inclusão Social: professores preparados ou não?**. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/2224>. Acesso em: 23 de Ago. 2016

PACHECO, José et al. **Caminhos para Inclusão- Um guia para o aprimoramento da equipe docente**. 1º ed. São Paulo: Artmed editora Ltda, 2007.

SANTOS, Edinete et al. **Papel dos pais no processo de inclusão escolar na aprendizagem de filhos com Necessidades Educacionais Especiais**. Disponível em: [http://www.dcht16.uneb.br/revista/artigo4\\_2edicao.pdf](http://www.dcht16.uneb.br/revista/artigo4_2edicao.pdf). Acesso em: 22 de Ago. 2016

MAZZOTA, M. J.S. **Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 1993.